

Um Jogo Viciado

Duas meias-verdades não fazem uma verdade inteira. O Brasil tem vivido de meias-verdades, mas, na política, a meia-verdade é insuficiente para assegurar vida longa à democracia. O brasileiro precisa conhecer a verdade completa e aprender a se garantir contra os demagogos que a exploram. Esta é a oportunidade certa de apresentar aos cidadãos os homens públicos e empresários, como realmente são e se apresentam juntos dentro das normas que regem as relações entre eles.

O novo ano reserva oportunidade eleitoral rara para a erradicação de regras corrompidas pelo uso: a revisão constitucional está à espera do resultado da CPI do Orçamento e da proposta para nunca mais se repetir o espetáculo deprimente para a moralidade pública.

Quem é, realmente, o corruptor na contratação de obras públicas a particulares ou no fornecimento de bens e serviços aos governos? A CPI do Orçamento alugou olhos e ouvidos dos brasileiros, mas usa apenas uma parte da verdade — no máximo a metade — quando ela precisa ser conhecida por inteiro. Paire no espaço social uma dúvida sobre o arremate das perguntas que facilitam aos inquiridos com colegismo corporativo as respostas, e os pares, sob aplauso dos inquiridores do mesmo partido, se defendem com meias-mentiras que, como se sabe, valem por mentiras inteiras.

Não passa de meia-verdade a alegação de que importâncias estranhas aos subsídios parlamentares aparecem nas contas bancárias pela mão de empresários. É indispesável conhecer a operação nos seus antecedentes. A corrupção é a norma, e a lisura, exceção. A versão corrente não atenua o desconforto moral dos políticos pilhados em flagrante contábil, com sinais de prosperidade de origem ilegal ou de sonegação fiscal. Quem cria a dificuldade nas normas para vender a facilidade nas concorrências e licitações? Cabeças cavigosas elaboram critérios de desempate de que se servem os burocratas e que vão permitir a intermediação dos políticos na votação do Orçamento ou na liberação das verbas retidas.

A CPI, por enquanto, mede os buracos do Orçamento pela estatura dos anões, mas é pouco para as exigências morais que tanta falta fazem à vida brasileira. A opinião pública quer saber o que pretendem criar deputados e senadores para proteger da voracidade dos políticos o Orçamento de 94. Não basta banir os anões e substituí-los por suplentes, sem adotar providências saneadoras. O que se quer é estatura moral.

Os cidadãos estão a par da roubalheira habitual para liberar o pagamento segundo cronogramas que prevêem prazo para a obra, mas não provêem recursos suficientes para concluir-las. Por não saber quando nem quanto vai receber — os débitos oficiais com as empreiteiras passam dos US\$ 5 bilhões —, o empresário preso à letra do contrato é compelido a incluir as incertezas nos custos do projeto, com o conhecimento e a anuência dos administradores, e sem a menor discordância dos políticos que rondam os governos.

Diz Marcos Santana, presidente da Câmara Brasileira da Indústria de Construção, que “é uma questão de vida ou morte receber o dinheiro e, para isso, as empreiteiras entram em esquemas de pagamento de propinas”. O acesso à bandalheira é feito por intermédio do Orçamento. Como contratos de obra não contêm cláusulas de correção e multa — e, ainda por cima, os empresários arcam com as taxas da intermediação política para liberar o pagamento —, tudo vira custo e sobrecarregá o projeto.

Não é aceitável, portanto, que os empreiteiros sejam mostrados como vilões num enredo que representa os políticos como mocinhos. Vestem-se de beneméritos, mas é tudo ficção que a maioria das vezes não sai do papel. As verbas, sob a forma de altas comissões, voam diretamente para o bolso dos intermediários, que funcionam no percurso administrativo e no patrocínio político. Tudo, evidentemente, em nome da retomada do desenvolvimento, mas em proveito do enriquecimento pessoal dos

criadores de dificuldades e vendedores de facilidades. Sem molhar a mão da burocracia, obras não saem do papel e, quando começam, param por falta de numerário assim que começam.

O aumento da relação de corruptos, dentro e fora do Orçamento, não reduz por si só a corrupção que deitou raízes profundas na administração e na política. O Congresso foi abalado pelo escândalo dos anões, mas dispõe de poder legal — e de uma oportunidade de ouro — para estabelecer regras capazes de proteger a administração pública da suspeita que se tornou inerente ao exercício de qualquer governo — federal, estadual ou municipal. Nenhum escapa à desconfiança. Para estabelecer a moralidade e reduzir a margem de traficância, basta uma regra elementar: o empresário se obriga a fazer a obra no prazo fixado e o governo a pagar na data acertada no cronograma do projeto.

É para moralizar a relação entre governos e empresas na contratação de obras que se adota a forma de seguro universalmente denominada *performance bond*. Um seguro reunindo as duas partes garante a obra e o pagamento das parcelas, para que o empresário não tenha de pagar para receber o que é de contrato e seja responsabilizado pelo que não cumprir. Há dois projetos no Congresso (ambos anteriores à CPI) regulando em lei as licitações de obras públicas: um do deputado Luís Roberto Ponte e outro do senador Fernando Henrique Cardoso, que acaba com o equívoco do preço mínimo como critério supremo.

Com o critério do menor preço (e não do preço mínimo pré-fixado) e o seguro-garantia, fecha-se a brecha por onde se introduz na concorrência uma proposta irreal, destinada a não ser cumprida e geradora de atraso e reajustamento. O relator manteve o menor preço e a garantia por essenciais ao projeto, mas o Executivo preferiu devolver ao Congresso, sem se definir a respeito.

No fundo, a burocracia e a representação política querem manter incólume a margem de traficância que se personalizou e se estabeleceu atrás dos partidos. Não é por acaso que a CPI encontrou o eufemismo que dispensa os ladrões de maiores explicações: todos falam em sobras de campanha e nenhum declara as comissões recebidas para aprovar e liberar verbas relativas a obras ou ao assistencialismo social.

O seguro-garantia é obrigação assumida pelos dois lados para assegurar a realização da obra, a ser feita e paga nos prazos estipulados. Sem o seguro, como acontece atualmente, as obras com um custo elevado são contratadas (pelo menor preço, que é fictício) pela metade, mas são paralisadas antes de terminadas. A proposta de adoção do *perfomance bond* na revisão constitucional revigorou-se diante das revelações em cascata da CPI e da tendência dos políticos a repassar a responsabilidade adiante. O mecanismo obrigará a que só possam participar de uma concorrência empresas que obtiverem antes um seguro para a realização da obra. Será, portanto, uma garantia técnica e moral.

O bode expiatório dos políticos, sobretudo em ano eleitoral, são as empreiteiras de obras públicas, embora, no terreno baldio, se entendam bem com o rebanho. Os governantes costumam argumentar, na maior desfaçatez, com a falta de recursos ou com a demora na entrega das obras, como se a responsabilidade fosse das empresas e não deles que atrasam os pagamentos e sobrecarregam os custos dos projetos com as comissões para aprová-los e quitá-los. A transparência reduz custos e, portanto, multiplica as obras.

É preciso cortar a oportunidade à demagogia que se excita com eleição à vista. Não é apenas a atuação da CPI que pode multiplicar os votos dos candidatos à reeleição. A aprovação de medidas moralizadoras das concorrências e licitações, fazendo a extirpação do esquema de corrupção, é suficiente não apenas para carrear votos a candidatos que batalharam pela moralização como para evitar a necessidade de novas comissões parlamentares de inquérito em futuro próximo.